

RESENHA

VEYNE, Paul. Quando o nosso mundo se tornou cristão (312-394). trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010, 288 p.

ISBN 8520008232.

Márlio Aguiar¹

Historiadores como Paul Veyne costumam, entre nós – por contar o francês com um número razoável de obras traduzidas e publicadas no Brasil e em Portugal –, dispensar grandes apresentações. Autor de reflexões teóricas a respeito da história (*Como se escreve a história*, UnB) e conhecidos livros sobre história antiga e, especialmente, história do mundo romano (ficando apenas em dois conhecidos: *História da Vida Privada*, v. 1., Cia das Letras; e *O Império Greco-Romano*, Ed. Campus), as obras de Veyne costumam repercutir nos bancos dos cursos de graduação e pós-graduação em história. Mantendo-se ativo na vida intelectual a despeito de sua idade avançada – Veyne deve completar 85 anos no corrente –, publicou em 2007 o livro *Quand notre monde est devenu chrétien (312-394)* (Paris, Albin Michel), traduzido em 2010 para o vernáculo pela editora Civilização Brasileira com o título *Quando o nosso mundo se tornou cristão (312-394)*. Com o objetivo de apresentar as potencialidades da obra, faremos, nesta resenha, uma análise sintética dos principais capítulos e argumentos apresentados na construção historiográfica do autor.

O título do livro é bastante elucidativo: Veyne constrói sua narrativa histórica para explicar como, em quais condições e por quais motivos a conversão e as ações do imperador Constantino a partir de 312 transformaram a religião cristã numa das pontas de lança culturais do tardio império romano. Ou, em suas palavras: “o tempo avançara: em 312 a religião *tolerada* era o cristianismo, em 324 o paganismo” (VEYNE, 2010, p. 20). Como tamanha mudança – que repercute não apenas na esfera da moral individual religiosa, mas no plano das instituições, costumes e política – se verificou e por que o cristianismo, com Constantino, triunfou como religião oficial? Como os

¹ Mestrando em Teoria, Filosofia e História do Direito pelo PPGD/UFSC. Bacharel em direito pela UFSC. Graduando em história (bacharelado/licenciatura) pela UDESC. Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Latim e Fontes de Direito Romano: *Ius Dicere* (CNPq/UFSC).

cristãos, que mal representariam dez por cento da população e eram alvo de ferrenha perseguição entre 303 e 311 puderam, após a conversão de Constantino, deitar suas raízes no Império? Com seu estilo próprio – caracterizado possivelmente por palavras como provocativo, polêmico, impertinente², como qualificou Patrick Le Roux –, Veyne dá ao corpo de seu estudo espaço não apenas para a figura de Constantino (que recebe, sem dúvidas, destaque nos primeiros capítulos), mas para as representações e práticas coletivas que acompanharam essa etapa da história da religião cristã.

No primeiro capítulo (“O salvador da humanidade: Constantino”), Veyne adianta uma tese que é mais debatida no final da obra: a adesão sincera e de plena fé de Constantino; sem ele, o cristianismo teria permanecido uma “seita de vanguarda” (VEYNE, 2010, p. 14). Após um breve resumo factual da luta entre os imperadores no Ocidente – primeiro, Constantino contra Maxêncio, derrotado na batalha de Ponte Mílvio, em 312; depois, de Constantino contra o coimperador do Ocidente, Licínio, derrotado em 324 –, Veyne se dedica aos fatores que permitiram ao cristianismo se enredar na história da Roma tardia.

Constantino foi pragmático ao não coibir nem proibir o paganismo após 324, ou forçar à conversão os habitantes do Império. Mesmo ao unir Oriente e Ocidente, exaltando o cristianismo, não faz sofrer os pagãos. Clamando para si o tom e a voz de um ser superior, chefe do poder civil, de primeiro do Senado (o significado original de *princeps*) e magistrado, somou a voz de príncipe cristão. Não aceitou sacrifícios em seu nome – um costume antigo –, e dispensou os magistrados cristãos da obrigação do rito de lustração (purificação) por exigirem sacrifício. Os escravos de Roma que fossem cristãos passaram a não ser obrigados a ser gladiadores, pela “lei divina”, e direcionados a outros trabalhos forçados (como aponta Veyne ao citar passagens do Código de Teodósio). O primeiro imperador cristão quebrou o “equilíbrio entre as duas religiões”, menos se voltando contra o paganismo do que favorecendo os cristãos, mostrando qual era o lado vantajoso a se estar como súdito. De seita, a Igreja se torna um costume e uma religião, favorecida no ponto de vista social e fiscal, e que desprezava publicamente o paganismo, ainda que tolerado durante a vida e reinado de Constantino.

² LE ROUX, Patrick in SALES, Véronique (org.), 2011, p. 363 ss.

No segundo capítulo (“Uma obra-prima: o cristianismo”), Veyne credita a algumas “superioridades relativas” características que fizeram com que o cristianismo fosse abraçado pelo imperador, inspirando debates entre os intelectuais da época. Contudo, “essa foi a história da cristianização: só uma autoridade exterior conseguiria fazer com que um costume suplantasse outro costume” (VEYNE, 2010, p. 36), sendo esse o papel de Constantino na história do cristianismo.

O cristianismo foi original por inaugurar uma relação de amor e de relação entre homem e mortal. Como nas seitas filosóficas da Grécia clássica e helênica, tornava-se um estilo de vida, contudo, com a diferença que era direcionado a um Deus e a um futuro numa outra existência (no que claramente diverge, por exemplo, do estoicismo que ainda era difundido em Roma). Os deuses pagãos não se importavam com os homens e suas existências terrenas. O monoteísmo do cristianismo, em si, nada trazia de novo: na filosofia grega, entre platônicos e estóicos, já havia espaço para um monismo e a presença de subdeuses. A grande novidade continuava sendo a relação mútua entre Deus e humanidade, o gigantismo de um Deus metafísico, mas antropomorfizado, vivo e protetor; uma religião é de amor e de família (Pai, Filho, Mãe...), na qual a divindade tem preocupação direta com as almas, e por isso é ora severo, ora pronto a perdoar. O senso moralizador da religião cristã, segundo Veyne, tinha, por essas razões, maiores aptidões para o sucesso do que um senso símile, aquele do estoicismo pagão: era apto a atingir multidões, não apenas aos intelectuais³, e por isso era dotado de uma sensibilidade que explica sua amplitude. A religiosidade que o cristianismo propunha não era apenas uma busca pela explicação psicológica das coisas, o temor da vida futura ou a tessitura de perguntas filosóficas consoladoras⁴ (evidentemente, podemos

³ O filósofo tem a carga de um “clérigo leigo/laico”: ele é um intelectual que forma opiniões e trabalhos (se vive adequadamente com os próprios ensinamentos); ninguém se rebaixa a fazer filosofia (o que despertava zombarias ou invejas). Os dogmas vieram daí e não do cristianismo; cada seita se mantinha fiel ao que o fundador introduzira. Os dogmas são feitos para serem *postos em prática diariamente*, em atitude e nas *reflexões*. Aos ricos, ainda vira curiosidade intelectual somada à natural ideologia: se pouco era posto em prática, a soma intelectual era vital para a criação da classe letrada e a busca pela tranquilidade, refúgio no autodomínio e controle (inclusive, defesa do suicídio que nada mais é que controle). VEYNE, 2007, p. 216-218.

⁴ VEYNE, 2007, p. 213-216. Para o autor, uma seita ou escola filosófica não era um lugar de aprendizado geral, de conhecimento cultural difundido: era onde se buscava um método racional e prático para a tranquilização e felicidade. Estoicos e epicuristas se baseavam na *natureza das coisas* para viver sem temor e possibilitar a *felicidade individual independente*. As diferenças entre dois estão nas nuances. Ambas também desdenham o medo da morte; os

ilustrar essas considerações com o exemplo das *Meditações* de Marco Aurélio). Para Veyne, o sentimento religioso em si é uma “realidade irreduzível”, uma qualidade primária, uma característica intrínseca de certa cultura e que precisa ser, desse modo, cuidadosamente avaliada pela historiografia que se debruça sobre essas questões.

Como é de seu costume, Veyne utiliza expressões analógicas para sintetizar seu pensamento: o cristianismo no século III foi um *best-seller*. A epopeia histórica que o discurso religioso cristão oferecida era em si mais fim do que meio, mais importante que a ideia de Salvação; entregava-se a uma ideia muito mais ampla que uma breve passagem pela Terra de uma maneira mais intensa que, por exemplo, derivava do “intelectualismo impessoal” das filosofias helênicas. Assim, com os signos da coletividade e fraternidade – dotando a própria vida de sentido, de *télos*, num sentido radicalmente novo –, o cristianismo inovava (um “*best-seller* inovador”), e não meramente seguia seu tempo ou a sociedade como que num caminho inevitável (VEYNE, 2010, p. 53-54).

A Igreja também é analisada por Veyne de modo mais detido (no capítulo três: “Outra obra-prima: a Igreja”) em suas características inovadoras, que acompanhavam a doutrina. Se para os pagãos, os cultos poderiam ser proibidos por serem imorais – mas não se preocupariam em si com sua existência *verdadeira*⁵, uma pergunta que careceria um pouco de sentido para os gregos dos tempos de Homero – o cristianismo, contudo, apresentou-se desde logo como uma profissão de fé: era preciso professá-lo expressamente declará-lo e fazê-lo avançar. Mais que religião (como o paganismo), o cristianismo englobava uma crença, espiritualidade, moral metafísica; tinha seus dogmas, querelas, a Lei divina, sacramentos, ocupava uma parcela maior da vida cotidiana, em todas as esferas da vida. Exercia autoridade, apoiada numa hierarquia. Sob Constantino, a Igreja vira uma máquina com pretensão universalista, de alcançar todos. Por isso as pregações mais falavam de obediência/castidade que da caridade e da humanidade de Cristo.

estoicos se concentravam na melhora constante e autodomínio do homem e os epicuristas, em sua libertação de tolices, superstições. Para ambos, um enfermo que não possa aproveitar da vida não tem desonra em se suicidar. As escolas davam a iniciação e as seitas o intelectualismo àqueles que o pretendiam: contudo, entregar-se por completo era coisa para poucos; a maioria mudava alguns símbolos e lia os autores adequados durante seu ócio.

⁵ VEYNE, 2007, p. 189-193; 202-210.

É no capítulo quarto (“O sonho de Ponte Mílvio, a fé de Constantino, sua conversão”) que Veyne lida com uma das principais questões do livro: a espontaneidade da conversão de Constantino em 312 após o sonho que precedeu a batalha de Ponte Mílvio. Afirma o historiador que, ao contrário de uma tradição que remonta a Jacob Burckhardt⁶, que Constantino não se tornou cristão calculadamente, mas que fora sincero em sua conversão⁷. Constantino acreditaria legitimamente no seu papel perante a religião cristã, em ser o salvador da humanidade e a professar as virtudes contra os demônios e antigos deuses pagãos. “Constantino instalou a Igreja no Império, de ao governo central uma função nova, a de ajudar a verdadeira religião” (VEYNE, 2010, p. 86) e, por conta disso, “não mudou a sociedade nem cristianizou o direito e seria excesso de otimismo esperar que a cristianização tivesse melhorado os costumes” (VEYNE, 2010, p. 87).

O famoso episódio do sonho que antecedeu a batalha só indicou de forma alegórica uma decisão já tomada anteriormente; uma imagem onírica que, crente, Constantino pôs na literalidade no seu capacete e nos escudos dos soldados. Não foi um “contrato”, como um imperador pagão faria com Apolo⁸; ele acreditou na Providência, e que era um servidor por Ele escolhido na trajetória de mundo cristão. Suas vitórias entre 312-324 foram certas porque é

⁶ Veyne não a cita diretamente, mas deve estar pensando em *Die Zeit Constantins des Grossen* (Leipzig, 1853; reeditado em 1880 e 1889), escrito durante os anos de Jacob Burckhardt em pesquisas na Itália (pouco mais tarde, o mesmo autor publicaria uma obra sobre Cícero, em 1855). O livro de Burckhardt sobre Constantino pode ser acessado em < https://archive.org/details/gri_33125007829944 >. Acesso: 27/09/2015. Outros historiadores citados por Veyne se alinham a esta forma de interpretação da religiosidade de Constantino. A título de exemplo, cite-se *Constantine and Eusebius* (Harvard, 1981) de Timothy D. Barnes e o recente *Constantine and the Christian Empire* (Routledge, 2004) de Charles Matson Odahl. Com a obra de Veyne, todas se caracterizam pela presença da *Vida de Constantino*, de Eusébio, como uma fonte primordial.

⁷ Em passagem significativa, elucida Veyne: “Esse cérebro político não buscava aprovação e apoio de uma minoria cristã desprovida de influência, sem importância política e detestada pela maioria. Ele não podia ignorar que adorar uma outra divindade em relação à maioria de seus súditos e à classe dirigente e governante não seria a melhor maneira de conquistar-lhes os corações” (VEYNE, 2010, p. 83).

⁸ Como Veyne explicita melhor nos aspectos da *História da Vida Privada* (no qual Veyne dá destaque ao período pagão do Império), relacionar-se com os deuses é como relacionar-se com um patrono: saudação, bajulação, contratos firmados... poder-se-ia admirá-los, mas temê-los era coisa de “gentinha supersticiosa” (ou cristã, pensariam homens como Marco Aurélio). O deus pagão, cada um deles, é um protetor: cada relação é particular, da extrema devoção e amor ao desinteresse ou indelicadeza. O hábito faz muitas das práticas, assim como a doação e o voto simples. Ao povo simples, se assemelha muito à devoção dos santos durante a idade média (conversar com a estátua, fazer-lhe confidências – aos olhos dos ricos, servir como um escravo). Quando um imperador era elevado a deus, todos sabiam que não atirava raios ou controlava os mares, não o faziam por submissão ou tinha personalidade carismática: apenas estava engrandecido em uma esfera maior que os outros por sua posição. VEYNE, 2007, p. 202-206.

campeão de Deus. Acredita ter recebido uma graça pessoal de Deus, para reunificar o Império e estender a graça cristã. O Concílio de Nice (325) foi seu marco da renovação do mundo por Cristo.

Cristianismo e paganismo se tornaram, assim, a partir de 312, religiões em pé de igualdade. Constantino ainda era um imperador, magistrado e *pontifex maximus* do Império, mas era também, cristão. Veyne destaca no capítulo seis (“Constantino ‘presidente’ da Igreja”) as qualidades pessoais de Constantino são relevantes para compreender esse período de fortificação da Igreja e do cristianismo: por ser imperador um homem prudente, político e estatuto e que fizera da moderação aparente seu instrumento para não assustar a (ainda) maioria pagã. Tornou-se Constantino um cristão por suas ações públicas, guerras, leis, praticar o sinal da cruz e as orações. Por isso, foi um “presidente” da Igreja, de igual para igual com o alto clero, mesmo a ele não pertencendo: assumiu como prioridade a tarefa de dar a conhecer seu Deus no Império, enriquecendo e dando amplitude à Igreja, somado ao seu exemplo pessoal. Na prática, igualou o cristianismo com o que o paganismo já tinha, como as isenções fiscais e militares ao clero. Interiorizou também o exclusivismo da Igreja pela Verdade e pela autoridade, que permaneceu uma marca durante todo o medievo.

Só se pode falar de um Império cristão, contudo, após 394. Em boa parte do tempo, houve um Império bipolar no quesito religioso (ou até tripolar, com o judaísmo), mantendo bem vivo ambos os lados, cristão e pagão. Permaneceu, mesmo sob Constantino, um paganismo de fachada do imperador, que é cristão, mas também é romano. Veyne aponta a numismática da época como evidência; Constantino não abusou nem utilizou as moedas para propaganda cristã mais do que pagã, por exemplo (VEYNE, 2010, p. 143-149). Mesmo que o paganismo fosse no entender de Constantino e da nova elite cristã uma coisa ultrapassada, nunca será alvo de totalitarismo antes de 390, ainda sendo ativo na maioria da população; Constantino classificava as práticas pagãs como uma autorizada forma de *superstitio*.

Haveria em 394 uma luta final e decisiva pelo cristianismo. Teodósio reinava no Oriente; no Ocidente o germânico pagão Arbogast, de mero conselheiro, passa a usar um fantoche (Eugênio) para realmente governar. A recusa de Teodósio por aceitar esse coimperador deu início a “primeira guerra

religiosa”, um “duelo mortal do paganismo com o cristianismo” (VEYNE, 2010, p. 170). A batalha do Rio Frio ocorre em 6 de setembro de 394, aniquilando o contingente do Ocidente de Arbogast. A partir daí reina uma política de silêncio: o paganismo não é extinto, mas não se reabilita nem grita mais.

Os últimos capítulos – em especial o capítulo décimo, “Existe a ideologia?” – sintetizam a abordagem de Veyne, que rejeita novamente a tese que Constantino buscou o cristianismo por uma base monoteísta mais “conveniente” para sua dinastia. O que Veyne quer demonstrar e rejeitar com mais ênfase no final da obra é a ideia de que a ideologia e a política engoliriam o fenômeno religioso. Para Veyne, a noção de ideologia aplicada apressadamente comporta o erro de achar que o conteúdo é o mais importante para a obediência, e que a propaganda, por quaisquer meios, só incute convencimento a quem já está convencido porque indivíduo e agrupamentos são tecidos em conjunto. “O que se chama ideologia é um pouco de óleo nas engrenagens, não é uma mensagem que leva a obedecer, é apenas um prazer, uma pragmática que serve como lenitivo aos povos subjugados por aí” (VEYNE, 2010, p. 211). O cristianismo se torna religião do trono e apenas mais uma fraseologia junto ao resto: não é um abstrato poder retórico “ideológico” que explica ou é capaz de compreender o complexo fenômeno de cristianização do Império e, a partir dele, da Europa ocidental medieval.

Bibliografia

JURKEVICS, Vera Irene. “Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394)”. *Mneme: Revista de Humanidades*, 11 (28), ago./dez. 2010, p. 89-92.

LE ROUX, Patrick in SALES, Véronique (org.). *Os historiadores*. trad. Christiane Gradwohl Colas. São Paulo: UNESP, 2011, p. 351-369.

VEYNE, Paul (org.). *História da Vida Privada v.1: Do Império Romano ao Ano mil*. trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 19-224.

VEYNE, Paul. *Quando o nosso mundo se tornou cristão (312-394)*. trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.